

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DENIS PIMENTEL

**A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL:
CONTRIBUIÇÕES DOS SUBGRUPOS DE TRABALHO PARA A DEFINIÇÃO
DE UMA BASE NORMATIVA COMUM.**

**São Paulo
2021**

DENIS PIMENTEL

**A estrutura institucional do Mercosul: contribuições dos Subgrupos de Trabalho
para a definição de uma base normativa comum.**

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. María Mónica Arroyo

**São Paulo
2021**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P644e Pimentel, Denis
A estrutura institucional do Mercosul:
contribuições dos Subgrupos de Trabalho para a
definição de uma base normativa comum. / Denis
Pimentel; orientadora Mónica Arroyo - São Paulo,
2021.
71 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Geografia Política. 2. Mercosul. 3. Integração
territorial. I. Arroyo, Mónica, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus avós maternos, Neide e Rozildo, que pela experiência da escassez, sempre me mostraram a importância que tem o estudo.

Aos meus pais, ao meu irmão, à minha irmã e à minha namorada, cujos incentivo e suporte foram imprescindíveis para a realização dessa etapa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Departamento de Geografia, sob a representação de todo seu corpo docente, discente e de funcionários que compõem um ambiente agregador e profícuo para um desenvolvimento crítico e ativo da Geografia.

À Professora Mônica, pela compreensão e incentivo durante o processo de realização deste trabalho e pela inspiração geográfica presente em todas as suas aulas.

Aos meus pais, Nilzete e Paulo, e irmãos Caio e Bruna, pela generosidade de me apoiar durante toda minha formação acadêmica.

Aos meus avós, Neide e Rozildo, pelo imenso encorajamento para enfrentar o grande desafio de ser a primeira pessoa da família a ingressar na Universidade de São Paulo.

À minha querida companheira, de vida e descobertas geográficas, Bruna Ribeiro, pelo seu incansável apoio; minha eterna admiração.

Aos colegas do Cursinho Popular da Poli-USP, em especial aos integrantes da equipe de Geografia, que por meio de um trabalho voluntário genuíno me incentivaram durante toda a pandemia.

À Kimi, minha leal companhia.

*“I'm so proud of you
And everything that you do
Doesn't matter what they say
They ain't worth a dollar in change
Wish I could be strong like you
Wish I had something to prove
Wanna be a star like you
Wanna make something that's true”*

Alex G.

RESUMO

Este trabalho procurou entender a contribuição dos Subgrupos de Trabalho 5, 7, 8 e 9 ao aprimoramento institucional e normativo do Mercado Comum do Sul, analisando atas oficiais das reuniões ordinárias de cada SGT para compreender suas discussões e desdobramentos, durante o período que se estende de 1999 a 2019. Desta maneira, foi possível compreender que as discussões e os projetos desenvolvidos no âmbito dos subgrupos foram de grande importância para o aprimoramento institucional do bloco.

Palavras-chave: Geografia Política; Mercosul; Estrutura Institucional; Subgrupo de Trabalho.

ABSTRACT

This research sought to understand the contribution of Working Subgroups 5, 7, 8 and 9 to the institutional and normative improvement of the Southern Common Market, analyzing official minutes of the ordinary meetings of each SGT to understand their discussions and consequences, during the extended period from 1999 to 2019. In this sense, it was possible to understand that the discussions and projects developed within the scope of the subgroups were of great importance for the institutional improvement of the bloc.

Key-words: Political Geography; Mercosul; Institutional Structure; Working Subgroups.

LISTA DE SIGLAS

ALADI - Associação Latino-americana de Integração

ALALC - Associação Latino-americana de Livre comércio

ATIT – Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Terrestre

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CCI – Comissão de Qualidade e Inovação

CCM – Comissão de Comércio do Mercosul

CCMAS – Foro de Consulta e Concentração Política

CCT – Comissão de Cooperação Técnica

CE – Comissão Europeia

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina

CERTO – Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas

CETM – Comissão de Especialistas em Transportes Marítimo do Mercosul

CF – Comissão de Harmonização de Procedimentos de Fiscalização do Transporte Internacional por Rodovia

CFE – Comissão de Facilitação Fronteiriça

CITT – Comissão de Integração das Informações de Transporte de Passageiros e Cargas
Sistematização de dados

CMC – Conselho Mercado Comum

CMPYMEA – Comissão de Micro, Pequenas e Médias Empresas e Artesanato

CPI – Comissão de Propriedade Intelectual

CPP – Comissão de Produtos Perigosos

CPSV – Conselho Permanente de Segurança Viária do Mercosul

CSA – Comissão de Sanidade Animal

CSV – Comissão de Sanidade Animal

CTF – Comissão de Transporte Ferroviário

FCCMMM – Foro de Competitividade da Cadeia Produtiva Madeira e Móveis do Mercosul

FCES – Foro Consultivo Econômico-Social

FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul

GCI – Grupo de Cooperação Internacional

GHS – Sistema Integrado Global de Classificação e Etiquetamento de Químicos

GMC – Grupo Mercado Comum

GTA – Grupo de Trabalho em Quarentena Animal

GTMP – Grupo de Trabalho sobre Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas no Mercosul

GTPS – Grupos de Trabalhos Dependentes

IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

IPPDH – Instituto de Política Públicas de Direitos Humanos

ISM – Instituto Social do Mercosul

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MMM – Madeira e Móveis do Mercosul

OMC – Organização Mundial do Comércio

OPIM – Observatório de Política Industrial do Mercosul

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PARLASUL – Parlamento do Mercosul

PROSUL - Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul

REDISAM – Rede de Informação Sanitária do Mercosul

REES – Reunião Especializada de Estatística do Mercosul

SCPTT – Subcomissão de Preços, Tarifa e Tratamento Tributário

SGT - Subgrupo De Trabalho

SM – Secretaria do Mercosul

SRQPE – Subcomissão de Racionalidade, Qualidade e Produtividade de Energia

TAL – Tribunal Administrativo-Laboral

TPR – Tribunal Permanente de Revisão

UE – União Europeia

UNASUL – União de Nações Sul-americanas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. A AMÉRICA DO SUL E O SURGIMENTO DO MERCOSUL.....	15
1.1 O Cone Sul.....	15
1.2 O Mercado Comum do Sul.....	16
1.3 A estrutura institucional do Mercosul.....	18
1.4 Os Subgrupos de Trabalho.....	19
2. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 5 – TRANSPORTE	22
2.1 Organização do quadro-resumo 1.....	22
2.2 O Subgrupo de Trabalho Número 5 – Transporte: de 1999 a 2017	32
3. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 7 – INDÚSTRIA	34
3.1 Organização do quadro-resumo 2.....	34
3.2 O Subgrupo de Trabalho Número 7 – Indústria: de 1999 a 2018	48
4. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 8 – AGRICULTURA.....	51
4.1 Organização do quadro-resumo 3.....	51
4.2 O Subgrupo de Trabalho Número 8 – Agricultura: de 2001 a 2017	61
5. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 9 – ENERGIA.....	63
5.1 Organização do quadro-resumo 4.....	63
5.2 O Subgrupo de Trabalho Número 9 – Energia: de 2001 a 2011	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a estrutura institucional do Mercosul durante vinte anos, principalmente a partir da avaliação do desempenho e organização dos Subgrupos de Trabalho, que compõem um segmento importante da estrutura organizacional do bloco, e se caracterizam como um ambiente de aproximação e diálogo entre os países-membro por meio de seus interlocutores que compõem as delegações.

Desta forma, buscou-se avaliar o trabalho das comissões de quatro subgrupos, o Subgrupo de Trabalho Número 5 - Transporte, Número 7- Industria, Número - 8 Agricultura e Número - 9 Energia, sempre considerando em que medida esses encontros e discussões, além dos projetos e normativas que deles se originavam, se constituíam em um primeiro nível de aproximação para orientar formas de efetivar a integração regional, a partir do aprimoramento das normas internas do bloco.

Entendemos o espaço geográfico como a união indissociável, contraditória e solidária dos sistemas de objetos e sistemas de ações, onde “[...] de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, os sistemas de ações levam à criação de objetos novos ou se realizam sobre objetos preexistentes.” (SANTOS, 2017, p. 63). Nesse sentido, é possível destacar a existência de duas instâncias principais de consolidação da integração territorial, uma delas composta por uma base técnica constituída pelos sistemas de engenharia, e outra, conformada por uma base normativa-política, representada pelas leis, acordos e ideias que guiam os processos de integração, uma vez que, no período atual:

Através de ações normatizadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementariedade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Essas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementariedades do passado e as atuais. (SANTOS, 2017, p. 232).

Por isso, neste trabalho partimos da base normativa-política do bloco para refletir sobre a contribuição da estrutura institucional no processo de integração territorial.

Desta forma, foram analisadas as atas documentais provenientes das reuniões dos subgrupos em questão, no período que se estende de 1999 até 2019, principalmente para avaliar com que frequência essas reuniões aconteceram, quais os assuntos discutidos, os participantes, e como esses encontros fortaleceram e incentivaram a própria estrutura normativa do bloco, principalmente em relação às temáticas sobre as quais eles se referiam.

Os documentos oficiais foram obtidos no buscador integrado do Mercosul disponível em seu sítio oficial, de acesso público, e sistematizados em uma base de dados que serviu de fonte empírica para a pesquisa. Os dados coletados foram então organizados em quatro grandes quadro-resumos que contém informações sobre as reuniões, bem como local de realização, participantes e a data de início.

O capítulo 1 reúne informações gerais sobre a integração territorial entre os países do Cone Sul; em uma breve remissão histórica são citadas as raízes dos processos que culminarão na criação do Mercosul já no final do século XX, além de versar sobre a estrutura institucional do bloco, e fornecer uma visão geral sobre os 18 subgrupos de trabalho que compõem o Mercosul.

Os capítulos 2, 3, 4 e 5 trazem os resultados da pesquisa sobre os subgrupos de trabalho analisados, e são estruturados em um subitem para explicar como foi gerado o quadro-resumo referente a cada subgrupo, o quadro-resumo geral e outro subitem para refletir brevemente sobre os caminhos e os desdobramentos das discussões que se deram no âmbito dos Subgrupos de Trabalho Número 5, 7, 8 e 9.

1. A AMÉRICA DO SUL E O SURGIMENTO DO MERCOSUL

1.1 O Cone Sul

A porção mais meridional da América do Sul é composta por um grupo de países de características geográficas contrastantes, que historicamente não possuíam estratégias claras de cooperação, mas que passaram a adotar uma postura convergente no contexto das relações comerciais, principalmente a partir da década de 1950, com intensificação desse movimento nos fins de 1980 e início de 1990, já com a instituição do Mercosul.

As relações entre os países dessa porção do continente, historicamente, não se alinhavam necessariamente a um objetivo comum, mas uma nova perspectiva vai se consolidando através de diversas iniciativas, principalmente a partir de 1950, com a instituição de ideias e práticas integracionistas que emergem a partir da criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em 1948, da Associação Latino-americana de Livre comércio (ALALC), em 1960, e da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), já em 1980, o que direciona os países a uma estratégia de cooperação regional pautada principalmente pela abertura econômica e comercial (GARCIA, 2019).

Nesse contexto, a aproximação dos países Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai leva à formação de um novo bloco, o Mercosul, uma vez que, como destaca Garcia (2019, p. 21):

[...] a América do Sul, junto com outros países do continente, buscava meios para superar suas adversidades e alcançar níveis de desenvolvimento social e crescimento econômico que lhes possibilitasse melhorar os indicadores socioeconômicos. Para tanto, reconheciam que isoladamente não conseguiriam alcançar tais objetivos e a cooperação bilateral e/ou multilateral era desejada.

Assim, nos anos de 1990 em um contexto mundial pautado pela intensificação do neoliberalismo, no qual as virtudes do mercado davam a tônica para o desenvolvimento econômico, que possuía como principal característica a diminuição do papel do Estado, priorizou-se, em um primeiro momento, o aumento da abertura econômica, comercial e financeira, para depois ampliar o escopo da proposta de integração.

1.2 O Mercado Comum do Sul

A constituição do Mercosul acontece em um contexto de aumento dos fluxos comerciais entre os países do Cone Sul, potencializado pela dinâmica da economia mundial orientada pela emergência da premissa neoliberal, quando então as normas internas dos países se flexibilizam no sentido de atender às demandas de uma economia cada vez mais liberalizada. Consequentemente, há forte tendência à abertura comercial e financeira de diversos países, e como expõe Arroyo (2010, p. 60):

O interesse associativo destas iniciativas não é contraditório ou excludente em relação à tendência da globalização. Ao contrário, ambos decorrem da necessidade cada vez mais presente da criação de mercados ampliados. Os espaços nacionais deixam de ser o locus privilegiado para o processo de acumulação e, portanto, os governos nacionais facilitam a ampliação do espaço de realização das mercadorias com maior abertura econômica.

Em relação à formação e desenvolvimento do Mercosul, Arroyo (2010) propõe uma periodização que busca elucidar como se deu a constituição e o aprofundamento das relações intrabloco, ao destacar características principais das relações que se dão desde a gênese do Mercosul. Desta forma são propostos dois momentos, um que se inicia em 1991 e vai até 2002, pautado pelo aspecto comercial, e outro que se constitui a partir de 2003, com redefinição dos pactos territoriais.

O primeiro período é marcado por um modelo de abertura econômica unilateral, que incluía a eliminação de restrições ao movimento de capitais, criando condições econômicas e políticas para o aumento do fluxo de investimentos estrangeiros diretos:

É neste contexto que aparecem (ou reaparecem), na América Latina, várias iniciativas de associação entre países vizinhos. [...] todos esses acordos, embora visem preferencialmente a uma maior aproximação comercial entre países próximos, são precedidos pela adoção de políticas unilaterais de liberalização, a partir do modelo de abertura econômica. Nesse momento, o interesse dos governos pela inserção de cada país na economia mundial tem mais importância do que a procura por uma estratégia regional como meta final (ARROYO, 2010, p. 63).

Nesse contexto, em relação ao papel do Estado, Arroyo (2010, p. 63) destaca que:

Não se trata de um Estado ausente, mas sim de um outro Estado, submetido às exigências do mercado. [...] um mercado aberto, sem fronteiras, que considera a inserção internacional como a principal forma de atingir o desenvolvimento econômico.

Em relação à estrutura institucional do bloco, que tem neste período a constituição de sua engenharia institucional fundadora, pode-se destacar que:

Após a formulação do Tratado de Assunção, que aspirava, em forma ambiciosa, à constituição de um mercado comum, foi necessário introduzir certas alterações no esquema normativo inicial, atingindo, em um primeiro

momento, a formação de uma área de livre comércio completada, parcialmente, em dezembro de 1994; e, posteriormente, a criação de uma união alfandegária que começou a funcionar, em forma imperfeita, em janeiro de 1997, e chegou-se à implantação, embora incompleta, de uma tarifa externa comum (ARROYO, 2010, p. 65).

Já no segundo momento, que começa a se engendrar a partir de 2003, com mudanças eleitorais nos governos nacionais dos países que compõem o bloco, o que leva as políticas externas a terem como prioridade as relações com os países do Mercosul, favorecendo seu aprofundamento, assim caracterizando-o como um período em que:

Há uma retomada de uma perspectiva ‘nacional-desenvolvimentista’, que busca o fortalecimento do mercado interno e propõe políticas sociais para reduzir a pobreza e a exclusão social, com um papel ativo do Estado na procura de uma melhor distribuição de renda e no aumento do investimento público. Os países experimentam, com ritmos diferentes, um crescimento econômico, estimulado pelo ciclo de expansão generalizada da economia mundial, que se prolongou até 2008 (ARROYO, 2010, p. 66).

Neste contexto, profícuo para o desenvolvimento e aprofundamento de relações de cooperação, pode-se entender que na América Latina:

[...] emergem novos regionalismos, com um outro conteúdo, com uma intencionalidade simbólica distinta, onde ganham centralidade conceitos como igualdade, solidariedade e justiça social, perdidos na luta pela competitividade. Há, de certo modo, um avanço na direção de uma ruptura com o modelo neoliberal, e uma procura de pactos territoriais baseados em um maior respeito pelas diversidades. (ARROYO, 2010, p. 66)

Em relação ao Mercosul, há o aprofundamento das relações intrabloco, com sofisticação de sua engenharia institucional no sentido de tornar a relação entre os países mais promissora.

Em um período mais recente, já fora da periodização supracitada e até o ano de 2019, é possível identificar uma certa inflexão em relação à maior abrangência dos processos de cooperação renovados na América Latina durante o início do século XXI, com o fim da UNASUL e instituição do PROSUL, em um contexto em que há mudanças nos governos nacionais, quando então os governos populares da primeira década são substituídos por governos de orientação mais alinhada ao neoliberalismo, dos quais se pode destacar os governos da Argentina, a partir de 2015, e do Paraguai a partir de 2013. (ARROYO, 2017).

1.3 A estrutura institucional do Mercosul

Institucionalmente, o bloco possui diversos órgãos de coordenação e aperfeiçoamento, que são desenvolvidos e aprimorados ao longo do tempo, assim como o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, assinado em 1994. Neste documento, há a definição de que órgãos com capacidade decisória de natureza intergovernamental são o Conselho do Mercado Comum, Grupo Mercado Comum e a Comissão de comércio do Mercosul.

O Conselho do Mercado Comum constitui o órgão superior do bloco, e tem por finalidade a condução política do processo de integração, além de ser responsável por definir as diretrizes que asseguram o cumprimento dos protocolos e acordos firmados no Tratado de Assunção e no contexto do Mercado Comum. O conselho é formado pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia, ou equivalentes, dos Estados-membro, reúne-se ao menos uma vez a cada seis meses.

Subordinados ao Conselho do Mercado Comum existem as Reuniões de Ministros e Altas Autoridades, Foro de Consulta e Concentração Política (CCMAS), Comissão de Representantes permanentes do MERCOSUL, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, Grupos, Foro Consultivo de Municípios, Estados, Federados, Províncias e Departamentos, além do Grupo Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum representa o órgão executivo do Mercosul, a sua composição é feita por cinco membros titulares e cinco membros rotativos por país, que são designados pelos respectivos Governos, onde há a presença imprescindível de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e dos Bancos Centrais, as reuniões acontecem de forma ordinária ou extraordinária, as primeiras acontecem, ao menos, uma vez a cada três meses.

O Grupo Mercado Comum é integrado por diversas categorias de órgãos, como os Subgrupos de Trabalho (SGTs), Grupos Ad Hoc, Reuniões Especializadas, Grupos e a Comissão Sociolaboral. Os Subgrupos de Trabalho totalizam dezoito, com destaque para os subgrupos SGT 5 - Transporte, SGT 7 - Indústria, SGT 8 - Agricultura e SGT 9 -

9 Energia, os Grupos Ad Hoc compreendem dez grupos, as reuniões especializadas que somam quatorze grupos e, por fim, os Grupos que totalizam sete.

A Comissão de Comércio do Mercosul é um órgão com função de auxiliar o Grupo Mercado Comum, corroborando a aplicação dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira, assim como acompanhar e revisar temas e materiais relacionados com políticas comerciais comuns. É constituída por quatro membros titulares, e quatro membros rotativos, além de ser coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores, e possui ainda oito comitês técnicos.

Existem ainda outros órgãos que corroboram para a manutenção do Mercado Comum, como o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), Tribunal Permanente de Revisão (TPR), Secretaria do MERCOSUL (SM), Tribunal Administrativo-Laboral (TAL), Instituto Social do MERCOSUL (ISM), Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH).

Assim sendo, neste trabalho procuraremos demonstrar como a institucionalização do bloco se dá em parte pela atuação dos Subgrupos de Trabalho, uma vez que as discussões das reuniões constituem um corpo técnico institucional e representam um momento de diálogo dos países-membro sobre aspectos atuais da integração territorial, criando uma atmosfera de ideias que podem culminar em ações sobre a base técnica do bloco.

1.4 Os Subgrupos de Trabalho

Dentro da estrutura institucional do Mercosul, os subgrupos de trabalho se destacam como instrumento de discussões políticas que reúnem os diversos representantes dos países-membros e países associados de acordo com a temática de cada subgrupo. De todos os subgrupos, destaca-se os selecionados para a pesquisa: SGT 05 - Transporte, SGT 07 - Indústria, SGT 08 - Agricultura e SGT 09 - Energia.

Considerando a perspectiva geográfica do espaço, proposta e discutida por Milton Santos em diversas obras, que sugere o conceito de território usado, instância do acontecer social, é possível apontar que as relações estabelecidas entre os países do Mercosul na dimensão política do bloco contribuem para a normatização do território, além de suas

discussões também remeterem às bases técnicas dos territórios dos países envolvidos nas discussões.

Nesse sentido, a dimensão institucional dos quatro subgrupos de trabalhos selecionados pôde ser analisada a partir das atas das reuniões ocorridas no escopo desses grupos. Tais documentos foram obtidos no website institucional do Mercosul, e foram analisados dentro do período de recorte da pesquisa, de 1999 a 2019, sendo possível assim acompanhar a evolução das discussões dentro de cada SGT ao longo desses anos.

Considerando os Subgrupos de Trabalho, foram analisados 331 documentos sobre as reuniões ocorridas no período da pesquisa, de acordo com a tabela 1 abaixo, divididos em: 90 documentos do SGT 05 - Transporte, 97 documentos do SGT 07 - Indústria, 118 documentos do SGT 08 - Agricultura e 26 documentos do SGT 9 - Energia, o que permitiu a elaboração deste trabalho.

Tabela 1 - Quantidade de atas das reuniões por Subgrupo de Trabalho

Período	SGT 5 - Transporte	SGT 7 - Indústria	SGT 8 - Agricultura	SGT 9 - Energia
1999-2004	18	40	15	5
2005-2009	28	36	27	15
2010-2014	18	15	50	6
2015-2019	26	6	26	0
Total	90	97	118	26

Fonte: elaboração do autor com base nas atas oficiais do Mercosul

Desta forma, o número total de documentos analisados foi de 331, destes é possível destacar que a maioria dos documentos pertence aos Subgrupos de Transporte, Indústria e Agricultura, enquanto o SGT de Energia possui o menor número de documentos disponíveis. No SGT 5 - Transporte, é possível observar certa constância entre a quantidade de documentos encontrados, totalizando 90. Já no SGT 7 - Indústria, os documentos disponíveis diminuem dentro do período considerado, o que pode indicar menor mobilização dessa forma de reunião. Em relação ao SGT - 8, observa-se uma faixa

entre 15 e 50 atas a cada cinco anos, totalizando 118, o que reforça a importância do tema para as relações dentro do Mercosul. O SGT menos mobilizado durante o período, SGT 9 - Energia, apresenta uma faixa de 5 a 15 documentos encontrados, com nenhum documento encontrado dentro do período de 2015 a 2019, totalizando assim 26 atas.

2. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 5 – TRANSPORTE

2.1 Organização do quadro-resumo 1

O Quadro 1 foi desenvolvido para organizar parte dos assuntos discutidos nas reuniões ordinárias do SGT-5 que se deram ao longo do período de 1999 até 2019. Para sua melhor visualização o quadro foi dividido em quatro partes que trazem informações sobre: o destaque das discussões com os principais pontos discutidos nos encontros; os participantes, quais delegações de quais países participaram, se houve participação de outros atores ou instituições; a data de início do período de encontro e a cidade onde as comitivas se encontraram.

O Quadro 1 não reúne informações de todas as atas acessadas, apenas as representativas do ano e das discussões gerais, não incluindo as discussões ocorridas nas subdivisões do SGT-5 em comissões, como a Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo do MERCOSUL (CETM), Comissão de Facilitação Fronteiriça (CFF), Comissão de Harmonização de Procedimentos de Fiscalização do Transporte Internacional por Rodovia (CF), Comissão de Integração das Informações de Transportes de Passageiros e Cargas – Sistematização de Dados (CIIT), Comissão de Produtos Perigosos (CPP), Comissão de Transporte Ferroviário (CTF), o Conselho Permanente de Segurança Viária do MERCOSUL (CPSV) e o Grupo de Trabalho sobre Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas no MERCOSUL (GTMP), que se reuniam com menor frequência e tratavam de assuntos mais específicos, além de se aprofundarem em assuntos que eram discutidos no âmbito geral do SGT.

Nesse sentido, considerando a recorrência temática das reuniões do SGT-5 e o tempo de seu desenvolvimento, estabeleceu-se o critério de ilustrar apenas as informações de uma reunião por ano, com exceção dos anos de 1999 e 2000 que tiveram duas reuniões ilustradas, uma vez que o SGT-05 ainda estava se organizando para tornar mais efetivo seus encontros, o que pode ser visto no encontro de 22/11/2000 em que o tema único das discussões foi o estabelecimento de um programa de trabalho para o período de 2000 a 2005.

Quadro 1 – Quadro-resumo das atas do SGT-5

Destaque das discussões	Delegações Participantes	Data de início	Local
<p>Integração fronteiriça nos transportes: recomendação para criação de um SGT específico ao GMC.</p> <p>Diminuição das desigualdades do transporte terrestre internacional: indicação para discussão na subcomissão.</p> <p>Aperfeiçoamento do acordo de alcance parcial sobre o transporte de produtos perigosos</p> <p>Inspeção técnica veicular.</p> <p>Regulamento técnico: pesos e dimensões veiculares.</p> <p>Manter a participação dos membros do SGT-5 no SGT-3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.</p>	<p>09/06/1999</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Atual situação do transporte internacional de passageiros na região: diminuição das desigualdades, facilitação fronteiriça, substituição dos ônibus habilitados para o turismo.</p> <p>Reconhecimento da resolução nº 117/94 do GMC que versa sobre as operações aduaneiras para o transporte de correspondência e encomendas em ônibus de passageiros.</p> <p>Dificuldade no avanço efetivo de deliberações sobre transporte marítimo e fluvial.</p> <p>Requisitos para concessão de carteiras de motorista profissionais.</p> <p>Diminuição das desigualdades do transporte terrestre internacional.</p> <p>Aperfeiçoamento do acordo de alcance parcial sobre transporte de bens.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.</p>	<p>11/08/1999</p>	<p>Montevidéu, Uruguai.</p>

<p>Propostas para simplificação, eficácia e melhor funcionamento do SGT-5: produção de uma agenda atualizada, com objetivos e metas para o período de 2000 a 2005, que será entregue ao GMC.</p> <p>Acompanhamento das recomendações levadas ao GMC.</p> <p>Vinculação do SGT-5 a outras instâncias do Mercosul: GMC e a comissão de comércio; SGT-10 “Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social”; Comitê Técnico 2 “Assuntos aduaneiros”; SGT-3 “Normas Técnicas”.</p> <p>Coordenação e medidas para prevenir roubo de veículos e mercadorias nas rotas de transporte do Mercosul.</p> <p>Iniciativa de transporte do Hemisfério Ocidental: decisão do grupo favorável à proposta do Canadá e Chile.</p> <p>Facilitação fronteiriça: unificação de controles e facilitação aduaneira dos transportes de carga.</p> <p>Programa de desenvolvimento da malha rodoviária básica do Mercosul: apresentação de mapas da malha feito pelo Brasil.</p> <p>Requisitos para concessão de carteiras de motorista profissionais.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile e Bolívia.</p>	<p>15/03/2000</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Programa de ação do SGT-5 para o período 2000-2005.</p> <p>Programa de ação foi aprovado pelas delegações e enviado à GMC, recomendando sua aprovação.</p> <p>No programa de ação foram agregados: A7 – Transporte Internacional de Passageiros, A8 – Transporte Ferroviário e C3 – Participação no Acompanhamento do Plano de Ação para Integração da Infraestrutura da América do Sul, por proposta da Delegação do Uruguai.</p> <p>E1 – Programa de Capacitação em Transporte, por proposta da Delegação do Paraguai.</p> <p>C2 – Desenvolvimento da Rede Ferroviária Básica do Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.</p>	<p>22/11/2000</p>	<p>Porto Alegre, Brasil.</p>

<p>Proposta e criação do Grupo de Trabalho Ad Hoc para tratar da Facilitação Fronteiriça: apesar dos esforços, há ainda a preocupação com os resultados obtidos, que ainda não alteraram os grandes tempos de espera dos veículos de carga nas fronteiras.</p> <p>Ratificação e compatibilização das versões do documento “Instruções para a Fiscalização do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos no Mercosul.”</p>			
<p>Discussão sobre o programa de trabalho anual de acordo com a recomendação do Programa de Ação do SGT-5 para o período de 2000-2005.</p> <p>Inspeção técnica veicular.</p> <p>Acordo sobre o Contrato de Transporte e Reponsabilidade civil do portador.</p> <p>Norma para o transporte de correspondência e de encomendas em ônibus.</p> <p>Transporte de produtos perigosos.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.</p>	<p>29/03/2001</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Transporte marítimo: Projeto de Acordo Multilateral sobre Transporte Marítimo do Mercosul.</p> <p>Implementação da Resolução GMC 117/94: o transporte de correspondência e de encomendas em ônibus.</p> <p>Aspectos operativos do trânsito aduaneiro internacional.</p> <p>Atribuições do plano de trabalho 2001 – 2002: Segurança no transporte; carteiras de habilitação profissionais; limite de responsabilidade civil contratual no transporte internacional de passageiros.</p>	<p>Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile e Bolívia.</p>	<p>07/11/2001</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>
<p>Transporte de passageiros e de cargas: inspeção técnica veicular, transporte fronteiriço.</p> <p>Transporte de produtos perigosos: projeto de acordo setorial.</p> <p>Infraestrutura: programa de desenvolvimento da malha rodoviária básica do Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile e Bolívia.</p>	<p>24/04/2002</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>

<p>Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA): informações sobre o projeto e financiamento.</p> <p>Transporte multimodal de mercadorias. Transporte Marítimo.</p>			
<p>Programa de trabalho para 2003.</p> <p>Revisão do regime de infrações e sanções do acordo sobre transporte internacional do Cone Sul (ATIT).</p> <p>Responsabilidade civil e contratual em transporte de passageiros.</p> <p>Transporte multimodal. Transporte de produtos perigosos.</p> <p>Inspeção técnica veicular. Infraestrutura.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.</p>	<p>26/03/2003</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Aperfeiçoamento da resolução GMC 58/94.</p> <p>Acesso à atividade de transportador.</p> <p>Análise e revisão de pesos e dimensões veiculares.</p> <p>Responsabilidade civil e contratual em transporte de passageiros.</p> <p>Transporte de produtos perigosos.</p> <p>Inspeção técnica veicular.</p> <p>Transporte multimodal. Transporte marítimo.</p> <p>Transporte de encomendas em linhas regulares de ônibus Resolução GMC N°117/94. II protocolo de infrações e sanções ao ATIT.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile. Representante da ALADI.</p>	<p>06/10/2004</p>	<p>Fortaleza, Brasil.</p>
<p>Aperfeiçoamento da resolução GMC 58/94. Análise e revisão de pesos e dimensões veiculares.</p> <p>Responsabilidade civil e contratual do transporte de passageiros.</p> <p>Transporte de produtos perigosos.</p>	<p>Argentina, Brasil e Paraguai. Chile e ALADI.</p>	<p>06/04/2005</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>

<p>Inspeção técnica veicular.</p> <p>Transporte marítimo.</p> <p>Transporte de encomendas em ônibus.</p>			
<p>Inspeção técnica veicular.</p> <p>Responsabilidade civil e contratual em transporte de passageiros.</p> <p>Transporte de encomendas em ônibus de linhas regulares.</p> <p>Transporte de mercadorias perigosas.</p> <p>Informe do conselho de segurança viária. Transporte marítimo.</p> <p>Participação do setor privado.</p> <p>Programa de trabalho para 2007.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p> <p>Chile.</p>	<p>18/10/2006</p>	<p>Florianópolis, Brasil.</p>
<p>Inspeção técnica veicular. L</p> <p>Limite de responsabilidade civil e contratual no transporte de passageiros.</p> <p>Transporte de encomendas em ônibus.</p> <p>Transporte de mercadorias perigosas. Sistema integrado global de classificação e etiquetamento de químicos (GHS): proposta de implementação a partir de 2008.</p> <p>Princípios gerais de acesso à profissão de transportador.</p> <p>Transporte marítimo.</p> <p>Acordo multilateral de transporte marítimo do Mercosul. Convênio sobre trabalho marítimo 2006 (OIT).</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p> <p>Representantes do setor privado e da ALADI.</p>	<p>24/10/2007</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>

<p>Inspeção técnica veicular, homologação de certificados.</p> <p>Limite de responsabilidade civil e contratual no transporte de passageiros.</p> <p>Implantação da resolução GMC 28/05 – Transporte de encomendas em ônibus de linha regular.</p> <p>Transporte de produtos perigosos.</p> <p>Profissionalização da atividade de transportador internacional rodoviário do Mercosul.</p> <p>Acordo multilateral de transporte marítimo do Mercosul.</p> <p>Informe do conselho permanente de segurança viária do Mercosul.</p> <p>Pesos e dimensões de veículos.</p> <p>Aspectos de seguro. Participação do setor privado.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p> <p>Chile.</p>	<p>29/10/2008</p>	<p>Maceió, Brasil.</p>
<p>Inspeção técnica veicular: homologação de certificados.</p> <p>Responsabilidade civil e contratual no transporte internacional de passageiros.</p> <p>Informe da reunião conjunta do CT N°2 “Assuntos aduaneiros” e do SGT-5 “Transportes” do Mercosul.</p> <p>Transporte de produtos perigosos.</p> <p>Prosseguimento da resolução GMC N° 64/08 e N°65/08.</p> <p>Conselho permanente de segurança viária do Mercosul (horas de condução; limites de velocidade; cintos de segurança em ônibus; desgaste de pneus; princípios gerais de acesso à profissão de transportador e seu exercício no âmbito do Mercosul.</p> <p>Transporte marítimo.</p> <p>Diretrizes para o controle sanitário de veículos terrestre de transporte coletivo de passageiros que transitam entre os Estados-parte do Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p> <p>Chile.</p>	<p>04/11/2009</p>	<p>Montevideú, Uruguai.</p>

Proposta de integração das informações de transporte de passageiros e cargas – sistematização de dados.			
Inspeção técnica veicular. Responsabilidade civil contratual no transporte rodoviário de passageiros. Reunião técnica do grupo permanente para atualização das normas de transporte de produtos perigosos. Conselho permanente de segurança viária do Mercosul.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.	27/10/2010	Curitiba, Brasil.
Resolução GMC 52/10. Responsabilidade civil e contratual em transporte terrestre de passageiros. Transporte de cargas perigosas. Sistematização de dados do SGT-5. Profissionalização da atividade de transporte internacional por rodovia.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.	25/10/2011	Montevideu, Brasil.
Resolução GMC 52/10. Transporte de cargas perigosas. Pesos e dimensões de veículos de transporte por rodovia. Integração das informações de transporte de passageiros e cargas.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile e Bolívia.	13/06/2012	Buenos Aires, Argentina.
Transporte de cargas perigosas. Pesos e dimensões veiculares do transporte rodoviário. Análises de questões sobre alturas de ônibus. Profissionalização da atividade de transporte internacional por rodovia. Sistematização de dados do SGT-5. Temas derivados do SGT-3 "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade".	Brasil, Uruguai e Venezuela. Representantes do setor privado.	10/11/2013	Caracas, Venezuela.

<p>Proposta de criação de um grupo permanente para organizar os procedimentos de fiscalização do transporte internacional rodoviário.</p> <p>Adoção do Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Terrestre (ATIT).</p>			
<p>Formação de uma comissão para facilitação fronteiriça.</p> <p>Proposta de criação de um grupo permanente para organizar os procedimentos de fiscalização do transporte internacional rodoviário.</p> <p>Transporte ferroviário.</p> <p>Transporte de cargas perigosas.</p> <p>Pesos e dimensões de veículos de transporte por rodovia.</p> <p>Sistematização de dados do SGT-5.</p> <p>Temas derivados do SGT-3: comissão da indústria automotriz. Adoção do ATIT.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p> <p>Chile.</p>	<p>04/11/2014</p>	<p>Salta, Argentina</p>
<p>Facilitação fronteiriça.</p> <p>Organização dos procedimentos de fiscalização do transporte rodoviário.</p> <p>Transporte ferroviário.</p> <p>Transporte marítimo.</p> <p>Transporte de mercadorias perigosas.</p> <p>Pesos e dimensões de veículos rodoviários.</p> <p>Ônibus no Mercosul: exigências ambientais.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p> <p>Chile.</p> <p>Representantes do setor privado.</p>	<p>11/11/2015</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Facilitação fronteiriça e resultados da primeira reunião do SGT-18 “Integração Fronteiriça”.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>01/06/2016</p>	<p>Montevidéu, Uruguai.</p>

<p>Comissão de organização de procedimentos de fiscalização do transporte rodoviário internacional.</p> <p>Transporte ferroviário.</p> <p>Comissão de especialistas do transporte marítimo de Mercosul.</p> <p>Transporte de cargas perigosas.</p>	Chile.		
<p>Organização dos procedimentos de fiscalização do transporte rodoviário de carga internacional.</p> <p>Transporte terrestre de cargas perigosas.</p> <p>Pesos e dimensões veiculares.</p> <p>Ônibus no Mercosul: condições de segurança da cabine de motorista.</p> <p>Sistematização de dados do SGT-5.</p> <p>Temas derivados do SGT-3.</p> <p>Seguros no âmbito do Mercosul.</p>	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.	27/04/2017	Buenos Aires, Argentina.

Fonte: elaboração do autor com base nas atas oficiais das reuniões ordinárias do Subgrupo de Trabalho Número 05 do Mercosul.

2.2 O Subgrupo de Trabalho Número 5 – Transporte: de 1999 a 2017

A partir do ano de 1999 as reuniões ordinárias do SGT-5 ocorrem de maneira recorrente ao longo dos anos com um número variável de encontros. De maneira geral, foram realizados de um a quatro encontros anuais, e neles as discussões incluíam o acerto de condutas e normas sobre questões do transporte no contexto do Mercosul. A partir do ano de 2017, não há registros nas bases digitais do bloco das atas de reuniões que poderiam ter ocorrido a partir desse ano. Não ficou claro, no entanto, se houve algum problema no registro das informações, na sua disponibilização pela internet ou se há outro motivo que justificasse essa ausência.

Nas atas analisadas, foi possível identificar a presença constante dos quatro países-membro do bloco em um primeiro momento, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, que sempre enviavam aos encontros seus representantes por meio de suas delegações, com poucas ausências ao longo do tempo pesquisado. O Chile também participa como Estado-associado e sempre enviou suas delegações para o acompanhamento das discussões do SGT, a Venezuela aparece, em um primeiro momento como Estado-associado e posteriormente como Estado-membro, e a Bolívia faz algumas poucas participações também como Estado-associado. Há ainda a presença de representantes do setor privado dos transportes na maior parte dos registros e em três ocasiões teve-se a presença de representantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). As reuniões se deram nas capitais dos países que sediavam os encontros, com exceção do Brasil que sediou eventos em Porto Alegre, Fortaleza, Florianópolis, Maceió e da Argentina, que sediou um encontro em Salta.

Em relação aos temas abordados, a integração fronteiriça aparecia como um assunto recorrente e já na reunião de 09/06/1999 sugere-se a criação de um Subgrupo de Trabalho específico para tratar da temática, o que se concretiza com a criação do SGT-18 “Integração Fronteiriça”, cujos resultados de sua primeira reunião foram apresentados no âmbito do SGT-5 na reunião do dia 01/06/2016. Dessa forma, exemplifica-se como o ambiente do SGT-5 foi profícuo para o aprimoramento de parte da institucionalidade do Mercosul.

Ainda sobre as principais temáticas, as discussões sobre normas técnicas tiveram extensas avaliações e parte delas foram encaminhadas como recomendação ao GMC e se tornaram normas a serem implementadas entre os países-membro, das quais se destacam

a organização dos procedimentos de fiscalização do transporte rodoviário, transporte terrestre de cargas perigosas, pesos e dimensões veiculares, ônibus no Mercosul, entre outras, o que demonstra como o ambiente do SGT foi capaz de desenvolver normativas que corroboram o processo de integração também do ponto de vista institucional.

Outro ponto a ser destacado é o intercâmbio de informações e propostas que o SGT-5 estabeleceu com outras instâncias organizacionais, como o SGT-3 "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade", o SGT-10 "Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social", o Comitê Técnico Número 2 "Assuntos aduaneiros e facilitação do comércio" da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), além do já citado SGT-18, mais um indicativo de como há um intercâmbio de agentes e discussões nas diversas instâncias da institucionalidade do bloco.

Sobre a temática dos transportes no contexto do Mercosul, mais especificamente sobre a dimensão política, é importante ressaltar o que expõe Garcia (2019, p. 225):

[...] a política de transportes no âmbito do MERCOSUL dedicou-se a harmonização de normas entre os membros, a padronização de pesos, medidas, documentos obrigatórios comuns a serem apresentados nas fronteiras, placas de veículos, dentre outros assuntos que visam a facilitação da circulação de produtos e pessoas, prioritariamente pelos modais terrestres (rodoviário e ferroviário). As questões relacionadas a infraestrutura de transportes só passaram a ser tratadas no âmbito do bloco, com a criação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (Focem), em 2004, porém junto com outros assuntos que também estão voltados a diminuir as assimetrias entre os membros, notadamente os países menos desenvolvidos, e não para prover a conectividade física entre seus territórios.

Desta maneira, destaca-se que a dimensão normativa é mais importante para as discussões do SGT em questão, o que fica evidenciado pelas informações que compõem o quadro-2, ressaltando como as normas são aprimoradas com o passar do tempo pela contribuição direta das recomendações originadas nas reuniões do SGT.

3. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 7 – INDÚSTRIA

3.1 Organização do quadro-resumo 2

O Quadro 2 foi desenvolvido para organizar destaques dos assuntos discutidos nas reuniões ordinárias do SGT-7 que se deram no período de 1999 até 2018. Para sua melhor visualização, assim como o quadro 1, o quadro 2 foi dividido em quatro partes que trazem informações sobre: o destaque das discussões com os principais pontos discutidos nos encontros; os participantes, quais delegações de quais países participaram, se houve participação de outros atores ou instituições; a data de início do período de encontro e a cidade onde as comitivas se encontraram.

Desta forma, o quadro 2 reúne informações sobre todas as 51 reuniões ordinárias realizadas no âmbito principal do SGT-7 indústria ao longo de vinte anos, e considera a evolução das discussões, bem como a transformação de suas temáticas no mesmo período. O quadro 2, no entanto, não reúne informações das reuniões realizadas nos âmbitos das subdivisões do SGT em questão, como o Foro de Competitividade da Cadeia Produtiva Madeira e Móveis do Mercosul (FCMMM), a Comissão de Qualidade e Inovação (CCI), a Comissão de Propriedade Intelectual (CPI), da Comissão de Micro, Pequenas e Médias Empresas e Artesanato (CMPYMEA), entretanto parte dos assuntos discutidos nas subdivisões estão presentes nas reuniões ordinárias do SGT.

Quadro 2 – Quadro-resumo das atas do SGT-7: Indústria

Destaque das discussões	Delegações Participantes	Data de início	Local
Busca de consenso sobre o setor de pele animal (couro). Competitividade regional e especialização produtiva.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	31/08/1999	Montevidéu, Uruguai.
Atividades do Plenário: competitividade setorial. Priorização das tarefas das comissões. Reunião da comissão de propriedade intelectual	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	23/11/1999	Montevidéu, Uruguai.
Discussão dos coordenadores do plenário com os coordenadores de comissão. Reuniões de competitividade.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	04/04/2000	Buenos Aires, Argentina.
Reunião de comissões temáticas: micro, pequenas e médias empresas e artesanato; comissão de propriedade intelectual; comissão de qualidade e inovação. Competitividade da cadeia de madeira e móveis. Promoção industrial.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	28/11/2000	Rio de Janeiro, Brasil.
Comissões temáticas: comissão de micro, pequenas e médias empresas e artesanato; comissão de propriedade intelectual; comissão de qualidade e inovação. Reuniões de competitividade. Foro de qualidade e produtividade habitacional constituídos entre os países do Mercosul e o Chile.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	11/06/2001	Assunção, Paraguai.

Reunião especializada da mulher.			
Análise e aprovação da metodologia consolidada para os Foros de competitividade do Mercosul. Preparação dos termos de referência definitivos para o diagnóstico Mercosul da cadeia de madeira e móveis. Intercâmbio dos avanços alcançados na preparação de indicadores de competitividade da cadeia de madeira e móveis em cada país. Determinação dos empresários e trabalhadores que farão parte do Foro de Competitividade da cadeia de madeira e móveis no Mercosul. Definição da data da primeira reunião do Foro. Análise e aprovação dos trabalhos das Comissões.	Brasil, Paraguai e Uruguai.	16/10/2001	Montevideu, Uruguai.
Cadeia de madeira e móveis em cada Estado-parte: informes sobre a situação e avanços; intercâmbio da documentação diagnóstica; avanços na preparação de indicadores de competitividade. Projeto “Estudo das condições de transporte de mercadorias no Mercosul”. Análise e consideração da proposta apresentada pelo Uruguai para a criação de Foros Empresariais. Aprovação do trabalho das comissões: micro, pequenas e médias empresas e artesanato; propriedade intelectual. Plano de trabalho do SGT-7.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	08/05/2002	Buenos Aires, Argentina.
Comissão de micro, pequenas e médias empresas e artesanato. Comissão de qualidade e inovação: Mercosul e os movimentos de competitividade; projeto desenvolvimento de fornecedores intrazona; tecnologia, inovação e design para a competitividade. Competitividade da cadeia produtiva de madeira e móveis do Mercosul.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	23/10/2002	Rio de Janeiro, Brasil.

<p>Apresentação da metodologia aprovada pelo SGT-7.</p> <p>Diagnóstico consolidado do Mercosul.</p> <p>Apresentação das propostas, comentários e sugestões nacionais.</p> <p>Elaboração da agenda de implementação do Foro de Competitividade Mercosul de Madeiras e Móveis.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>10/03/2003</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Foro de Competitividade do Mercosul da Cadeia Produtiva Madeira – Móveis: análise do projeto de fortalecimento da secretaria do Mercosul, segundo o que foi solicitado ao CCT – possibilidade de financiamento dos Foros de Competitividade pelo BNDES; revisão do projeto de acordo e competitividade para uma nova apresentação ao BID; revisão de pré-projetos com o objetivo de dinamizar a participação do setor privado na próxima reunião do Foro; proposta de acordo de cooperação técnica no âmbito do programa Brasil-Japão, em relação ao Mercosul.</p> <p>Definição dos critérios para determinação de novas cadeias produtivas para serem objetos dos próximos foros: 1) Geração de emprego e renda; 2) Substituição competitiva de importações; 3) Incremento de exportações; 4) Capacidade de contribuição para o desenvolvimento regional; 5) Inserção/inclusão social.</p> <p>Discussão da proposta de simplificação, racionalização e organização do processo de registro e legalização de empresas no Mercosul.</p> <p>Programa Mercosul de cooperação técnica em matéria de investigação e desenvolvimento para a produção de bens de capital destinados a setores que se encontram em discussão nos Foros de Competitividade.</p> <p>Experiência piloto de complementação, destinada a avaliar a possibilidade de substituição de importações procedentes de fora da área comum.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>08/10/2003</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>

<p>Projeto Rede-Mercosul: proposta de pesquisa “integração de cadeias produtivas e foros de competitividade no Mercosul.</p> <p>A Rede-Mercosul trabalhará em coordenação com a Secretaria do Mercosul.</p> <p>Solicitação do SGT-11 “Saúde”: parecer instruído pelo GMC para o uso de cápsulas de Óxido de etileno.</p>			
<p>Temas solicitados pelo GMC e pelo CMC: informe dos avanços registrados no foro de competitividade da cadeia de madeiras e móveis; solicitação da definição de cadeias produtivas para novos foros de competitividade; programa de trabalho para o ano de 2004.</p> <p>Agenda de trabalho do foro de competitividade da cadeia de madeira e móveis: propostas de ação conjunta ao setor privado; projetos de cooperação em curso; diagnóstico Mercosul da cadeia.</p> <p>Análises das diferentes propostas sobre o regulamento dos foros de competitividade do Mercosul.</p> <p>Programa de cooperação técnica em matéria de investigação e desenvolvimento para a fabricação de bens de capital destinados aos setores que compreendem os foros de competitividade.</p> <p>Experiência piloto de complementação destinada a avaliar a possibilidade de substituição de importações extrazona.</p> <p>Comissão de propriedade intelectual.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>04/12/2003</p>	<p>Montevideú, Uruguai.</p>
<p>Foro de competitividade do Mercosul da cadeia produtiva de madeira móveis: apresentação do diagnóstico Mercosul; indicadores de desempenho; definição de metas; regulamento dos foros de competitividade do Mercosul; preparação para a próxima reunião do foro em 2004.</p> <p>Avanço na simplificação, racionalização e organização do processo de registro e legalização de empresas no Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>14/04/2004</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>

<p>Programa do Mercosul de cooperação técnica em pesquisa e desenvolvimento para a fabricação de bens de capital destinados aos setores que compreendem os foros de competitividade.</p>			
<p>Avaliação dos trabalhos em encaminhamento pelas comissões temáticas e orientações para ações futuras: CMPYMEA; CPI; CQL.</p> <p>Desenvolvimento de fornecedores no foro Mercosul da cadeia produtiva de madeira e móveis.</p> <p>Serviço de resposta técnica: o Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas – CERTO, um projeto apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia destinado a construção de respostas técnicas para as empresas e que poderia atender as indústrias do Mercosul, via internet.</p> <p>Cooperação técnica em design. Guia Mercosul de design.</p> <p>Programa de trabalho do SGT-7 para 2004.</p> <p>Foros de competitividade Mercosul.</p> <p>Avaliação preliminar da primeira rodada de negócios da Cadeia MMM.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>29/09/2004</p>	<p>Rio de Janeiro, Brasil.</p>
<p>Avaliação dos trabalhos em encaminhamento pelas comissões temáticas. Orientações futuras.</p> <p>Seleção de novas cadeias produtivas a serem objeto dos próximos foros de competitividade Mercosul.</p> <p>Foro Mercosul da cadeia madeira e móveis.</p> <p>Coordenação SGT-6 “Meio Ambiente” /SGT-7: projeto CYMA e Foro empresarial de ecoeficiência.</p> <p>Temas mandatados pelo GMC: regulamentos técnicos e acordos de reconhecimento mútuo – sugestão de repasse do tema para o SGT-3; Óxido de etileno – repassado para o SGT-3; Comissão parlamentar conjunta – competência do SGT-8 “Agricultura”.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>29/11/2004</p>	<p>Rio de Janeiro, Brasil.</p>

<p>Informe sobre planilha apresentada ao GAP.</p> <p>Avaliação da IV reunião do Foro de competitividade MMM.</p> <p>Definição de ação: dar prosseguimento ao plano de trabalho definido na IV reunião do Foro de competitividade MMM.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>16/06/2005</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Informe das comissões temáticas.</p> <p>Programa Foros de competitividade Mercosul.</p> <p>Identificação de novas cadeias produtivas a serem objeto dos próximos foros de competitividade Mercosul.</p> <p>Reunião de Ministros da Indústria do Mercosul: conhecimento dos assuntos da reunião.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>16/08/2005</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>
<p>Situação do Foro de competitividade MMM.</p> <p>Programação de outros Foros de competitividade.</p> <p>Regulamento do Prêmio Mercosul de projeto e integração produtiva.</p> <p>Integração do componente ecoeficiência.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>23/11/2005</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>
<p>Informe sobre as comissões temáticas.</p> <p>Foro de competitividade MMM.</p> <p>Tarefas prioritárias do GMC: integração produtiva</p> <p>Identificação de novas cadeias produtivas a serem objeto dos próximos foros de competitividade Mercosul.</p> <p>Plano de trabalho do SGT-7 para 2006.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>05/04/2006</p>	<p>Buenos Aires, Argentina</p>

<p>Complementação produtiva.</p> <p>Cooperação Mercosul - UE: projeto de promoção da integração público-privada nas áreas correspondentes às cadeias de valor, complementação produtiva e apoio aos setores com dificuldade.</p> <p>Avaliação da situação do Foro MMM.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>10/07/2006</p>	<p>Buenos Aires, Argentina</p>
<p>Mandato GMC – integração produtiva: informes sobre a reunião de Cúpula do Mercosul – Proposta de pauta para o plano de desenvolvimento e integração produtiva do Mercosul, distribuição dos questionários de integração produtiva às entidades representativas dos diversos setores produtivos nos quatro países, apoio ao programa de integração produtiva.</p> <p>Projeto de cooperação Mercosul-UE: as delegações concordaram com o encaminhamento da proposta à Comissão Europeia.</p> <p>Avaliação da situação do Foro MMM.</p> <p>Informes das comissões temáticas.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>22/11/2006</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>
<p>FCCMMM.</p> <p>Programa de desenvolvimento de fornecedores.</p> <p>Integração produtiva. Televisão digital terrestre.</p> <p>Plano de trabalho para 2007.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>18/04/2007</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>FCCMMM.</p> <p>Proposta de agenda conjunta entre o SGT-7 e o SGT-6 “Meio Ambiente”</p> <p>Integração produtiva.</p> <p>Resultados das comissões temáticas.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>30/10/2007</p>	<p>Montevidéu, Uruguai.</p>

<p>FCCMMM.</p> <p>Unidade de gestão: estrutura mínima necessária, funções e competências.</p> <p>Próximos foros.</p> <p>Reunião de oficinas de propriedade industrial.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>06/12/2007</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>
<p>FCCMMM.</p> <p>Consolidação do projeto de fortalecimento da cadeia produtiva e desenvolvimento de fornecedores de madeiras e móveis do Mercosul para sua apresentação ao FOCEM.</p> <p>Unidade de gestão.</p> <p>Programa de Trabalho do SGT-7 para o ano de 2008.</p>	<p>Argentina, Brasil e Paraguai.</p>	<p>13/03/2008</p>	<p>Córdoba, Argentina.</p>
<p>Interfaces entre o SGT7 e o Programa de Integração Produtiva MERCOSUL – PIP (Decisão CMC 18/07).</p> <p>Informe das Comissões Temáticas</p> <p>Programa Foros de Competitividade Mercosul (Decisão CMC 24/02)</p> <p>FCCMMM.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>24/09/2008</p>	<p>Rio de Janeiro, Brasil.</p>
<p>Programa de trabalho do SGT-7 para o ano de 2009 e avaliação de cumprimento do plano de trabalho de 2008.</p> <p>Programa foros de competitividade do Mercosul.</p> <p>FCCMMM.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>22/04/2009</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Linhas de ação para um programa de Arranjos Produtivos Locais/Clusters.</p> <p>Programa foros de competitividade do Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>17/11/2009</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>

Projeto de fortalecimento da cadeia produtiva e desenvolvimento de fornecedores de madeira e móveis do Mercosul	Argentina, Brasil e Uruguai	18/06/2010	Buenos Aires, Argentina.
Projeto FCMMM. Apresentação do glossário brasileiro de artesanato. Cooperação em APLS/Clusters: consórcio de cooperativas Propriedade intelectual: revisão de alguns pontos do Protocolo sobre princípios básicos e regras gerais em matéria de propriedade intelectual.	Argentina, Brasil e Uruguai	17/11/2010	Brasília, Brasil.
Avanços do projeto de fortalecimento da cadeia produtiva e desenvolvimento de fornecedores de madeira e móveis do Mercosul. Avanço do projeto de cooperação APL/Cluster. Propriedade intelectual: avanços da revisão do Protocolo. Avanços de cooperação para a integração de escolas técnicas fronteiriças. Interrelação do SGT-7 com o Grupo de Integração Produtiva (GIP).	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	31/05/2011	Assunção, Paraguai.
Avanços do projeto de fortalecimento da cadeia produtiva e desenvolvimento de fornecedores de madeira e móveis do Mercosul. Avanço do projeto de cooperação APL/Cluster. Indicadores industriais do Mercosul: proposta de criação de um Observatório de Política Industrial do Mercosul (OPIM)	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	21/11/2011	Montevidéu, Uruguai.

<p>Observatório de Política Industrial do Mercosul. APL/Cluster. Interrelação do SGT-7 como Grupo de Integração Produtiva do Mercosul. Comissão de qualidade e inovação. Propriedade intelectual.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>10/04/2012</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Cooperação em APL/Cluster. Observatório de Política Industrial – OPIM: articular as tarefas pendentes com a Reunião Especializada de Estatísticas. Estratégia industrial do Mercosul: sugestão para a criação de um âmbito de discussões planejamentos estratégicos do Mercosul. Parques industriais do Mercosul: analisar a viabilidade de estabelecer parques agroindustriais no Mercosul, objetivando incrementar o fluxo de inversões dentro da região, aumentar a produção de alimentos de qualidade no bloco e promover a inovação tecnológica aplicada aos processos produtivos, melhorando a qualidade e os aspectos da logística. Interrelação do SGT-7 com o SGT-14 “Integração Produtiva”.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>26/09/2012</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>
<p>Observatório de Política Industrial – OPIM. Estratégia industrial do Mercosul. Parques industriais do Mercosul. Avanços na cooperação APL/Clusters.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>15/04/2013</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>

<p>Observatório de Política Industrial – OPIM. Estratégia industrial do Mercosul. Parques industriais do Mercosul. Avanços na cooperação APL/Clusters.</p>	<p>Argentina, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>25/11/2013</p>	<p>Caracas, Venezuela.</p>
<p>Estratégia industrial do Mercosul: desenvolvimento de fornecedores e integração produtiva. Observatório de Política Industrial – OPIM. Qualidade e inovação. Parques industriais do Mercosul. Interrelação do SGT-7 com o SGT-14 “Integração Produtiva”.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>24/09/2014</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Estratégia industrial do Mercosul: desenvolvimento de fornecedores e integração produtiva. Observatório de Política Industrial – OPIM. Qualidade e inovação. Parques industriais do Mercosul. Cooperação tecnológica.</p>	<p>Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>17/11/2014</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Estratégia industrial do Mercosul: desenvolvimento de fornecedores e integração produtiva. Cooperação tecnológica. Observatório de Política Industrial – OPIM: consulta na Reunião Especializada de Estatística do Mercosul (REES) sobre a viabilidade de elaboração de indicadores para os 10 setores selecionados pelo SGT-7.</p>	<p>Argentina, Brasil e Paraguai.</p>	<p>05/05/2015</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>

<p>Estratégia industrial do Mercosul: desenvolvimento de fornecedores e integração produtiva. APL/Clusters. Observatório de Política Industrial – OPIM: não foi possível coordenar a reunião com a REES. Qualidade e inovação. Parques industriais do Mercosul. Cooperação tecnológica.</p>	<p>Argentina, Brasil e Paraguai.</p>	<p>15/09/2015</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Proposta de revisão das metas dos Subgrupos de Trabalho N° 7 e N° 14 “Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial”: proposta de revisar as metas ou fundir os dois subgrupos a fim de obter uma maior eficácia nas discussões. Estratégia industrial do Mercosul. Observatório de Política Industrial – OPIM: apresentação de um primeiro diagnóstico em relação à metodologia feito pelo REES, que está revisando os setores selecionados e futuramente organizará as informações necessárias.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>04/05/2016</p>	<p>Montevidéu, Paraguai.</p>
<p>Estratégia industrial do Mercosul: desenvolvimento competitivo de fornecedores regionais. Parques industriais do Mercosul: houve consenso em avançar num mecanismo de intercâmbio de informações e experiências de cada um dos Estados-parte. Observatório de Política Industrial – OPIM: dificuldades na elaboração do índice geral industrial do bloco, há a estimativa que o trabalho de organização dos dados será completo em abril de 2018. Boas práticas exportadoras industriais no Mercosul.</p>	<p>Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai.</p>	<p>22/05/2017</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>

<p>Relatório de cumprimento do programa de trabalho 2014-2016 e readequação do programa de trabalho 2017-2018.</p> <p>Boas práticas exportadoras industriais no Mercosul.</p> <p>Estratégia industrial do Mercosul: apresentação a metodologia do manual de fornecedores do Mercosul.</p> <p>Associação estratégica de institutos de tecnologia industrial do Mercosul.</p>		04/10/2017	Brasília, Brasil.
<p>Cooperação Tecnológica.</p> <p>Estratégia industrial do Mercosul.</p> <p>Parques industriais do Mercosul.</p> <p>Boas práticas exportadoras industriais do Mercosul.</p> <p>Observatório de Política Industrial – OPIM: discussão das possibilidades para cooperação técnica e financeira do projeto.</p>	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	17/04/2018	Assunção, Paraguai.

Fonte: elaboração do autor com base nas atas oficiais das reuniões ordinárias do Subgrupo de Trabalho Número 07 do Mercosul.

3.2 O Subgrupo de Trabalho Número 7 – Indústria: de 1999 a 2018

A análise das 51 atas das reuniões ordinárias do SGT-7, no período de 1999 até 2018, permitiu compreender o percurso das principais discussões ocorridas nesse contexto, bem como suas transformações e desdobramentos, que em alguns casos foram mais significativas e recorrentes do que em outros. Algumas das principais temáticas, como a referente à cadeia de móveis e madeiras, foram alvo de extensas discussões que se deram ao longo de todo o período estudado, outras temáticas menos recorrentes encontram-se distribuídas em períodos específicos e seus desdobramentos não foram tão significativos para o percurso do SGT.

Durante as primeiras reuniões do SGT-7, o foco principal estava em organizar as discussões e estabelecer as temáticas que teriam prioridade nesse contexto inicial; desta forma, pode-se destacar temas como a análise da competitividade setorial, consensos sobre o setor de pele animal, a promoção industrial e o estabelecimento de um dos trabalhos mais recorrentes do subgrupo a cadeia de móveis e madeira dos países do bloco. O intercâmbio entre diferentes esferas institucionais do Mercosul se faz presente no período analisado, com interconexões entre o SGT-7 e outros subgrupos de trabalho, como o SGT-3 e entre outras esferas normativas do bloco.

No período das reuniões houve, em sua grande maioria, a participação dos países fundadores do bloco, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e da Venezuela como Estado associado e depois já como Estado-part. Os países eram representados por suas delegações, e cada delegação tinha um coordenador responsável por fornecer informações e posicionamentos dos países sobre os diversos assuntos discutidos. As reuniões aconteciam alternadamente nas capitais dos países, com exceção do Brasil, em que além de Brasília, também sediou reuniões no Rio de Janeiro, e da Argentina, que sediou uma reunião em Córdoba.

Entre os temas mais discutidos, pode-se destacar o foro de competitividade da cadeia produtiva de madeira e móveis (FCMMM) do Mercosul, que aparece como temática pela primeira vez na reunião de 28/11/2000, realizada no Rio de Janeiro, em que as discussões buscavam levantar ainda informações sobre a realidade de cada país nesse contexto, ao longo do tempo as discussões se aprofundam e o tema se torna um dos mais discutidos do SGT, com a participação de representantes do setor privado, até que o tema se constitui como um Foro permanente de debate entre as delegações.

Outro tema a ser destacado é a proposta da delegação argentina para a criação de um observatório da política industrial do Mercosul (OPIM), citada pela primeira vez na reunião de 21/11/2011 em Montevideu, e que, em um primeiro momento, reuniu indicadores industriais de cada país do bloco com o objetivo de sistematizar uma estrutura dentro do SGT para que esses dados pudessem ser compilados e acessados a qualquer momento. As delegações concordaram com o desenvolvimento do projeto e ele começou a ser elaborado em parceria com a Reunião Especializada de Estatística do Mercosul (REES), a partir da elaboração de dez indicadores que foram selecionados pelo SGT-7. Nas últimas atualizações do tema, discutiu-se as possibilidades de cooperação técnica e financeira para a elaboração do projeto.

Ainda como temática, destaca-se por fim o projeto de desenvolvimento de parques industriais do Mercosul, sugerido pela primeira vez na reunião de 26/09/2012, em Brasília, cuja principal intencionalidade seria o desenvolvimento de parques agroindustriais no Mercosul, visando, entre outras coisas, aumentar a produção de alimentos e promover a inovação tecnológica aplicada ao processo produtivo. A partir da primeira sugestão, as delegações passaram a analisar a viabilidade do estabelecimento dos parques agroindustriais, principalmente com base no levantamento de dados internos de cada país. O projeto, no entanto, não avançou no período analisado, e a última atualização indicava um consenso em avançar em um mecanismo viável de intercâmbio de informações e experiências de cada país do bloco que permitisse levar o projeto a diante.

Desta maneira, levando em conta as principais discussões, pode-se considerar o SGT-7 como sendo um subgrupo de trabalho bastante ativo, com reuniões recorrentes, e uma intensa participação das delegações dos países que são membros e associados ao bloco, mas que mesmo assim demora um tempo considerável para conseguir fazer avançar as discussões, uma vez que as temáticas são complexas e a realidade dos países contrastantes, exigindo mais tempo para a elaboração e aprimoramento de qualquer decisão que seja eventualmente proferida. É interessante notar também que alguns acordos entre as delegações foram encaminhados como recomendação ao Grupo Mercado Comum, dando origem à normas e parâmetros quando aceitos, demonstrando como de um ambiente exclusivo para tratar de temas específicos surgem consensos que são elevados à normativa institucional do Mercosul.

O projeto de criação de parques agroindustriais do Mercosul, que poderiam dinamizar e modernizar a produção industrial no contexto desses países seria interessante, desde que pautado por uma orientação de desenvolvimento regional a partir das necessidades reais dos países e não em função de interesses distantes, uma vez que a realidade industrial desses países carece de setores de alta tecnologia. Como explica Hermina et al. (2015, p. 623):

No caso dos países que compõem o Mercado Comum do Sul — Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e, mais recentemente, Venezuela, predomina-se uma especialização produtiva fortemente baseada nas exportações de produtos primários e de bens manufaturados intensivos em recursos naturais. Tais produtos, pelas suas características técnicas (baixa intensidade de trabalho e processos contínuos de produção) não são, em sua maioria, objeto de fragmentação das etapas produtivas que está na origem das cadeias globais de valor. Ademais, percebe-se um esforço de políticas no sentido de realizar processos de industrialização dos setores de alta tecnologia e de formar cadeias produtivas transacionais que viabilizem um aumento das exportações desses produtos. Entretanto, a necessidade de geração de inovações para o desenvolvimento dos setores de alta tecnologia é fundamental e como tais países não possuem grandes investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento, além de outras atividades de esforço inovativo, durante o processo produtivo grande parte dos componentes desses produtos é importada, o que atinge de forma negativa o saldo da balança comercial desses países.

4. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 8 – AGRICULTURA

4.1 Organização do quadro-resumo 3

O quadro-resumo três reúne destaques das discussões ocorridas no âmbito das reuniões ordinárias do Subgrupo de Trabalho Número 8 sobre Agricultura no Mercosul, que ocorreram no período de 2001 a 2017, e, assim como os anteriores, traz informações sobre as discussões estabelecidas, os participantes, além do local e data de realização dos encontros. Nesse sentido, as discussões realizadas nas subdivisões do SGT-8, como a Comissão de Sanidade Animal (CSA), incluindo o Grupo de trabalho em Quarentena Animal (GTA), e a Comissão de Sanidade Vegetal (CSV), incluindo as comissões de Sementes, Ad Hoc Vitivinícola e os grupos de trabalho permanente em Quarentena Vegetal e Ad Hoc sobre Biotecnologia Pecuária, não compõem o quadro 3, contudo as discussões dessas instâncias foram compartilhadas no âmbito geral do SGT em questão.

Quadro 3 – Quadro-resumo das atas do SGT 8 – Agricultura

Destaque das discussões	Delegações Participantes	Data de início	Local
<p>Pautas e programa de trabalho do SGT-8 para o ano de 2001.</p> <p>Coordenação de política agrícola no Mercosul: retomada de assuntos do Grupo Informal sobre Políticas Agrícolas. O tema será incorporado como ponto permanente da agenda do Subgrupo.</p> <p>Coordenação de posições em Foros Internacionais.</p> <p>Cooperação EU-Mercosul em Matéria Agrícola.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>11/05/2001</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Instruções do GMC: programa de trabalho para o ano de 2002.</p> <p>Medidas e restrições não tarifárias.</p> <p>Avaliação do trabalho das comissões.</p> <p>Cooperação técnica: solicitação formal à Comissão Europeia a definição da segunda fase do Projeto CE-Mercosul ALA 93/143.</p> <p>Harmonização da política agrícola: incorporação do tema à agenda do SGT de forma definitiva.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>13/11/2001</p>	<p>Montevideú, Uruguai.</p>
<p>Coordenação de políticas agrícolas.</p> <p>Recomendações do GMC.</p> <p>Medidas e restrições não tarifárias: medidas vinculadas ao setor agropecuário.</p> <p>Avaliação das reuniões das comissões, comissões ad hoc e GTP's.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>25/05/2002</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>

<p>Instruções do GMC: pauta de trabalho para o ano de 2003.</p> <p>Coordenação de políticas agrícolas: apresentar no SGT as notificações ao Comitê de Agricultura da OMC de cada país do Bloco.</p> <p>Incorporação da normativa Mercosul ao ordenamento jurídico dos Estados Parte: atualização de como as Resoluções do SGT-8 aprovadas pelo GMC se encontram em cada país do bloco.</p> <p>Avaliação das comissões, comissão Ad Hoc e GTP'S</p> <p>Cooperação técnica CE-Mercosul: Comissão Europeia informou que a 2ª fase do projeto CE-Mercosul foi aprovada.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>11/11/2002</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>
<p>Instruções do GMC e do CMC: revisão do projeto de resolução N° 9/02 “Critérios e diretrizes para avaliação e reconhecimento do sistema de produção de materiais de propagação.”</p> <p>Coordenação de políticas agrícolas: solicitação do CMC para a reunião de ministros da agricultura que se defina áreas de coordenação de políticas agrícolas de interesse comum para que seja de tratamento prioritário no SGT-8.</p> <p>Avaliação das comissões, comissão Ad Hoc e GTP'S</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>27/05/2003</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Instruções à Comissão de Saúde Animal e à Comissão de Saúde Vegetal.</p> <p>Metodologia de trabalho do grupo Ad Hoc sobre Coordenação sanitária e fitossanitária (GAHCSF).</p> <p>Calendário de reuniões para o 2º semestre de 2003.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>12/08/2003</p>	<p>Montevideú, Uruguai.</p>
<p>Instruções do CMC e do GMC ao SGT-8.</p> <p>Coordenação de políticas agrícolas.</p> <p>Situação de incorporação das normativas originadas no SGT-8.</p>	<p>Argentina, Brasil e Uruguai.</p>	<p>06/11/2003</p>	<p>Montevideú, Uruguai.</p>

<p>Avaliação das Comissões, Comissões Ad Hoc e dos Grupos de Trabalhos Dependentes (GTP's) Pauta de trabalho 2004 e reuniões para o 1º semestre de 2004.</p>			
<p>Instruções do GMC. Prosseguimento dos trabalhos de coordenação de políticas agrícolas. Coordenação de posições em Foros Internacionais. Cooperação UE-Mercosul em matéria agrícola.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>26/05/2004</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Instruções do GMC: identificação de produtos que contam com a normativa Mercosul “Regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade.” Programa de trabalho para o período de 2004-2006. Acompanhamento da situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8. Avaliação das comissões e GTP's.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>10/11/2004</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>
<p>Instruções do GMC. Programa de trabalho 2004-2006. Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8. Avaliação das comissões e GTP's.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>11/05/2005</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Instruções do GMC. Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8. Relação do CAS com o SGT-8. Avaliação das comissões e GTP's. Programa de trabalho para 2006.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>15/11/2005</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>

<p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.</p> <p>Relação do CAS com o SGT-8.</p> <p>Avaliação das comissões e GTP's.</p> <p>Cooperação EU-Mercosul: projeto aprovado e em processo de apresentação por parte da delegação da CE, para ser assinado pelo GMC.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>22/05/2006</p>	<p>Montevidéu, Uruguai.</p>
<p>Instruções do GMC: Convênio de Financiamento entre o Mercosul e a UE para a Harmonização de Normas e Procedimento Veterinários e Fitossanitários, Inocuidade de Alimentos e Produção Agropecuária Diferenciada – Convênio N ALA/2005/17-887.</p> <p>Avaliação das comissões e GTP's.</p> <p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.</p> <p>Atualização das normas do SGT N° 8 que necessitam revisão periódica.</p> <p>Cooperação técnica UE-Mercosul: atualização do estado do acordo</p> <p>Proposta Argentina de Notificação a OMC: discussões serão retomadas no próximo encontro.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>06/11/2006</p>	<p>Montevidéu, Uruguai.</p>
<p>Instruções do GMC.</p> <p>Avaliação das comissões e GTP's.</p> <p>Projetos e resoluções encaminhadas ao GMC.</p> <p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.</p> <p>Cooperação técnica UE-Mercosul: apresentação do Plano Operativo Global, Plano Operativo Transitório, Plano Operativo Anual, que incluem a estrutura da proposta do Projeto UE-Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil e Paraguai.</p>	<p>07/06/2007</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>

<p>Instruções do GMC: listar as normas em revisão no âmbito do SGT-8.</p> <p>Avaliação das comissões e GTP's.</p> <p>Projetos de resolução a serem encaminhados ao GMC.</p> <p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul ALA/2005/17887: se realizou a segunda reunião do comitê do projeto, com a participação dos coordenadores do SGT-8.</p> <p>Grau de cumprimento do programa de trabalho de 2007 e elaboração do programa de trabalho para o ano de 2008.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai</p>	<p>06/11/2007</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>
<p>Avaliação das comissões e GTP's.</p> <p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: realização da terceira reunião do Comitê Constitutivo do Projeto.</p> <p>Integração produtiva do Mercosul: análise do tema e avaliação da possibilidade de iniciar ações para a preparação de projetos de integração produtiva para o setor agropecuário.</p> <p>Reunião de Ministros da Agricultura do Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil e Venezuela.</p>	<p>03/06/2008</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Projetos de resolução encaminhados ao GMC.</p> <p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.</p> <p>Integração das cadeias produtivas no Mercosul: análise do tema, possibilidade de projetos para o setor agropecuário.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: aprovação da primeira versão do Plano Operativo Anual.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>25/07/2008</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>

<p>Seguimento dos trabalhos das comissões.</p> <p>Projetos de resolução encaminhados ao GMC.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: realização da 4ª reunião do Comitê Consultivo do Projeto.</p> <p>Grau de cumprimento do programa de trabalho de 2008 e elaboração do programa para 2009.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Venezuela.</p>	<p>11/11/2008</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>
<p>Programa de trabalho para o ano de 2009. Grau de cumprimento do programa de trabalho de 2008.</p> <p>Seguimento dos trabalhos das comissões.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: informações sobre o grau de desenvolvimento da implantação do projeto em cada um dos Estados-parte.</p> <p>Programa de integração produtiva do Mercosul.</p>	<p>Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>10/03/2009</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Seguimento dos trabalhos das comissões.</p> <p>Projetos de resolução a serem encaminhados ao GMC.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: se realizou a 5ª reunião do Comitê Consultivo do Projeto.</p> <p>Programa de integração produtiva do Mercosul: apresentação do projeto “Integração de Sistemas Produtivos Agropecuários em Microbacias Hidrográficas” por parte do Brasil, que poderia ser apresentado no âmbito dos projetos do FOCEM.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>03/06/2009</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Seguimento dos trabalhos das comissões.</p> <p>Projetos de resolução a serem encaminhados ao GMC.</p> <p>Programa de trabalho para o ano de 2010.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: 6ª reunião do comitê consultivo, avaliação dos avanços.</p> <p>Grau de cumprimento do programa de trabalho de 2009.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>11/11/2009</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>

Cooperação UE-Mercosul: análise do Programa Operativo Anual 2 do projeto.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	23/03/2010	Buenos Aires, Argentina.
Seguimento dos trabalhos das comissões. Cooperação UE-Mercosul Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8. Programa de integração produtiva do Mercosul: na próxima reunião se discutirá subsetores e cadeias propícias para o desenvolvimento de projetos de integração produtiva setorial.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	07/06/2011	Assunção, Paraguai
Instruções do GMC: reuniões conjuntas com a Comissão de Alimentos do SGT-3, a fim de avançar na elaboração do arquivo de identificação do projeto de Cooperação UE-Mercosul. Seguimento dos trabalhos das comissões. Projetos de resolução encaminhados ao GMC. Cooperação UE-Mercosul: 10ª reunião do comitê consultivo, avaliação dos avanços. Propostas de reorganização dos trabalhos do SGT-8.	Argentina, Brasil e Uruguai.	22/11/2011	Montevideú, Uruguai.
Instruções do GMC. Seguimento dos trabalhos das comissões. Projetos de norma. Cooperação UE-Mercosul: 11ª reunião do comitê consultivo, avaliação do avanço.	Argentina, Brasil e Uruguai.	29/05/2012	Buenos Aires, Argentina.
Seguimento dos trabalhos das comissões. Projeto de norma. Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.	Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.	03/12/2012	Brasília, Brasil.

<p>Seguimento dos trabalhos das comissões. Projetos de norma.</p> <p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8</p> <p>Programa de trabalho para o período 2013-2014.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: 13ª reunião do comitê consultivo.</p> <p>Reunião conjunta com o SGT-3: a ser realizada.</p>	<p>Brasil, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>11/06/2013</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>
<p>Seguimento dos trabalhos das comissões. Projetos de norma.</p> <p>Situação de internalização das resoluções do GMC originadas no SGT-8.</p> <p>Programa de trabalho 2013-2014.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: solicitação ao Grupo de Cooperação Internacional (GCI) sobre possibilidades de financiamento do projeto.</p>	<p>Uruguai e Venezuela.</p>	<p>24/11/2013</p>	<p>Caracas, Venezuela.</p>
<p>Normativa do SGT-8: incorporação da normativa aos ordenamentos jurídicos nacionais; encaminhamento ao GMC do projeto de resolução “requisitos zoo-sanitários dos Estados parte para a importação de sêmen bovino e bubalino congelado.”</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>23/09/2014</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Seguimento dos trabalhos das comissões. Projetos de norma.</p> <p>Cooperação UE-Mercosul: reunião dos coordenadores com a diretora do projeto.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>18/11/2014</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Seguimento dos trabalhos das comissões. Projetos de normas.</p> <p>Programa de trabalho 2015-2016.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</p>	<p>17/06/2015</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>

Cooperação UE-Mercosul: Argentina sugeriu solicitar ao GMC que instrua à Secretaria do Mercosul (SM) a disponibilizar os meios financeiros necessários para a manutenção da Rede de Informação Sanitária do Mercosul (REDISAM).			
Instruções do GMC Seguimento dos trabalhos das reuniões.	Argentina e Uruguai.	24/05/2016	Montevideu, Uruguai.
Elaboração do programa de trabalho 2017-2018	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	29/06/2017	Vídeo conferência
Instruções do GMC: facilitação do comércio. Acompanhamento dos trabalhos das comissões. Projetos de normas a serem encaminhados ao GMC.	Argentina, Brasil e Uruguai.	24/11/2017	Vídeo conferência

Fonte: elaboração do autor com base nas atas oficiais das reuniões ordinárias do Subgrupo de Trabalho Número 08 do Mercosul.

4.2 O Subgrupo de Trabalho Número 8 – Agricultura: de 2001 a 2017

Os encontros ocorridos durante o período de 2001 a 2017 no âmbito das reuniões ordinárias do SGT-8 sobre agricultura no Mercosul, contaram com a participação, dos países-membro do bloco em sua maioria, não houve a participação de países associados, nem de outros agentes. As reuniões aconteceram nas capitais dos países-membro, com exceção às duas últimas reuniões de 2017 que ocorreram por videoconferência.

Um dos assuntos mais discutidos foi a possibilidade de um acordo de cooperação em matéria agrícola entre os países do Mercosul e a União Europeia, que é citado pela primeira vez na reunião de 11/05/2001, e que vai tendo desdobramentos notáveis no decorrer do período de estudo. Em um primeiro momento, solicita-se à Comissão Europeia a definição da segunda fase do Projeto de Cooperação ALA 93/143, que foi aprovada posteriormente, quando então se produz o relatório do projeto final, que é então encaminhado para assinatura pelo Grupo Mercado Comum, há a apresentação do Plano Operativo Global, Plano Operativo Transitório e o Plano Operativo Anual, que incluem a estrutura da proposta do projeto. A partir deste momento, é formado um comitê constitutivo e específico para o projeto e que passa a se reunir periodicamente para analisar o seu desenvolvimento e conta com a participação dos coordenadores das delegações que atuam no SGT-8.

Durante o período de trabalho do comitê seus avanços e as deliberações advindas de suas reuniões eram expostas e discutidas no âmbito do SGT em questão. Uma importante atualização sobre o projeto foi a solicitação ao Grupo de Cooperação Internacional (GCI) a consulta sobre possibilidades de financiamento do projeto. A última atualização consultada do projeto, registrou a solicitação argentina de que o Grupo Mercado Comum instrísse à Secretaria do Mercosul a disponibilização dos meios financeiros necessários para a manutenção da Rede de Informação Sanitária do Mercosul.

Houve também a preocupação com a coordenação de políticas agrícolas, por meio da solicitação do Grupo Mercado Comum, de que se definissem as áreas de coordenação de políticas agrícolas de interesse comum para que fossem alvo de tratamento prioritário no âmbito do SGT-8. O subgrupo também recebia constantemente instruções do Grupo Mercado Comum para o estabelecimento de temas prioritários, informações sobre

convênio de financiamento, produção de programas de trabalhos para períodos definidos pelo GCM, entre outras instruções.

5. O SUBGRUPO DE TRABALHO NÚMERO 9 – ENERGIA

5.1 Organização do quadro-resumo 4

O quadro-resumo 4 reúne informações sobre as discussões ocorridas no âmbito das reuniões ordinárias do Subgrupo de trabalho 9 – Energia no período de 2006 até 2011, e foi também organizado para que trouxesse informações sobre os principais assuntos da reunião, os participantes, as datas e locais de realização dos encontros. O quadro, no entanto, não reúne informações sobre a Subcomissão de Preços, Tarifas e Tratamento Tributário (SCPTT) e Subcomissão de Racionalidade, Qualidade e Produtividade de Energia (SRQPE).

Quadro 4 – Quadro-resumo das atas do SGT 9 – Energia

Destaque das discussões	Delegações Participantes	Data de início	Local
Análise do acordo sobre complementação energética regional: as delegações se comprometerem em realizar consultas internas sobre o tema.	Argentina, Brasil e Uruguai. Bolívia, Chile, Equador e Peru.	20/10/2005	Montevideú, Uruguai.
Visão geral dos países: posição das delegações sobre as discussões do SGT-9. Análise do acordo marco sobre complementação energética regional: acordou-se trabalhar em um esboço do projeto.	Argentina, Brasil e Uruguai. Bolívia, Chile, Peru e Venezuela.	28/11/2005	Montevideú, Uruguai.
Apresentação do Marco Institucional do SGT-9. Panoramas nacionais: apresentação de cada delegação presente sobre as principais características de seus respectivos setores energéticos. Promoção de mais uma reunião de Ministros de Energia.	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Chile.	01/06/2006	Buenos Aires, Argentina.
Apresentação dos coordenadores nacionais. Apresentação e debate sobre efeitos de campos elétricos e magnéticos. Cooperação técnica com a Alemanha: desenvolvimento futuro do tema. Informe das subcomissões. Programa de trabalho para 2007.	Argentina, Brasil e Uruguai.	30/11/2006	Brasília, Brasil.

<p>Apresentação do setor energético de cada país pelos coordenadores nacionais:</p> <p>Argentina – informes sobre a situação serão enviados por e-mail;</p> <p>Brasil – apresentação com ênfase no PAC (Programa de aceleração do crescimento);</p> <p>Chile – destaque para o fornecimento insuficiente de gás natural e apresentação das medidas de curto e de longo prazo que o governo está tomando para enfrentar a situação;</p> <p>Paraguai – avanços importantes no setor de hidrocarbonetos, destaque de novas leis para o setor, como o Marco Regulatório de Gás Natural, a Lei de Promoção de Biocombustíveis;</p> <p>Uruguai – enfatizou a dependência energética em relação aos combustíveis importados, principalmente os fósseis, além do projeto de interconexão elétrica com Brasil, e o projeto Binacional com a Argentina;</p> <p>Venezuela – ressaltou a abundância de seus recursos energéticos e o interesse de desenvolver uma política de integração energética regional.</p> <p>Informe das subcomissões.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Chile.</p>	<p>26/07/2007</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Panoramas nacionais: apresentação de cada delegação sobre a situação energética de seus países.</p> <p>Revisão do plano de trabalho de 2007.</p> <p>Exposição sobre os avanços da negociação do trabalho da rede de gasodutos da América do Sul.</p> <p>Plano de trabalho para 2008.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.</p>	<p>30/10/2007</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>
<p>Panoramas nacionais: apresentação de cada delegação sobre a situação energética de seus países.</p> <p>Uso racional de energia e fontes renováveis: Brasil apresentou uma proposta de trabalho para a substituição gradual de lâmpada incandescentes; Argentina apresentou um esboço de trabalho para um documento sobre Uso Racional de Energia.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Chile.</p>	<p>14/05/2008</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>

<p>Projeto de recomendação nº 1: aprovado o projeto 01/08 “Diretrizes gerais de eficiência energética no âmbito do Mercosul.”</p> <p>Projeto de recomendação nº 2: elaboração conjunta do documento base de informes, e aprovaram o projeto 02/08 “Diretrizes de fontes renováveis de energia no âmbito do Mercosul.”</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p> <p>Chile.</p>	<p>24/06/2008</p>	<p>Buenos Aires, Argentina.</p>
<p>Panoramas nacionais.</p> <p>Informe sobre subcomissões.</p> <p>Palestras: “Cenário da Indústria de Petróleo e Gás no Brasil”; “Cenário Atual sobre Energia e Campos Eletromagnéticos no Brasil”.</p> <p>Plano de trabalho de 2008.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela</p>	<p>10/09/2008</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>
<p>Apresentação “Sistema Eletrobrás e setor elétrico brasileiro”.</p> <p>Panoramas nacionais.</p> <p>Plano de trabalho 2009.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela</p>	<p>05/12/2008</p>	<p>Brasília, Brasil.</p>
<p>Apresentação dos setores energéticos pelos coordenadores nacionais.</p> <p>Informe sobre a reunião do GMC.</p> <p>Revisão das diretrizes gerais sobre fontes renováveis de energia para o Mercosul.</p> <p>Definição de ações relacionadas às diretrizes gerais sobre eficiência energética no âmbito do Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p> <p>Chile e Bolívia.</p>	<p>07/05/2009</p>	<p>Assunção, Paraguai.</p>
<p>Panoramas nacionais.</p> <p>Diretrizes gerais sobre fontes renováveis de energia para o Mercosul.</p> <p>Diretrizes gerais sobre eficiência energética no âmbito do Mercosul.</p>	<p>Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>	<p>19/11/2009</p>	<p>Montevideu, Uruguai.</p>

Criação do Grupo Ad Hoc “Campos Eletromagnéticos”: consideração da possibilidade pelas delegações, a ser definido nas próximas reuniões.			
Panoramas energéticos nacionais. Informe sobre cooperação Mercosul-Alemanha a cargo da Comissão de Cooperação Técnica (CCT). Informe dos trabalhos das subcomissões. Avaliação do plano de trabalho de 2010.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.	03/06/2010	Buenos Aires, Argentina.
Breve apresentação dos documentos sobre intercâmbio energético na região. Intercâmbio e passagem da energia elétrica no Mercosul. Excedentes hidroelétricos e seu aproveitamento.	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.	23/03/2011	Assunção, Paraguai.
Informe dos trabalhos das subcomissões. Panoramas nacionais do setor energético. Introdução ao tema do trânsito de energia. Intercambio e passagem de energia elétrica no Mercosul. Plano de trabalho para 2011.	Brasil, Paraguai e Uruguai. Chile.	31/05/2011	Assunção, Paraguai.
Panoramas nacionais do setor energético. Trânsito de energia no Mercosul. Informação energética do Mercosul. Cumprimento do programa de trabalho de 2011.	Argentina, Paraguai e Uruguai.	09/11/2011	Montevidéu, Uruguai.

Fonte: elaboração do autor com base nas atas oficiais das reuniões ordinárias do Subgrupo de Trabalho Número 09 do Mercosul.

5.2 O Subgrupo de Trabalho Número 9 – Energia: de 2001 a 2011

As reuniões ordinárias que aconteceram no período de 2005 a 2011 no âmbito do SGT-9, ocorreram nas capitais dos países-membro, e contaram com a participação de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela na condição de Estado membro e de Bolívia, Chile, Equador e Peru enquanto Estado associados. Os encontros ocorreram na capital dos países-membro. É interessante notar que este é o SGT que apresentou, entre os SGTs selecionados para a pesquisa, a maior participação de Estados associados em suas reuniões, o que pode indicar a importância da dimensão energética para os países da América do Sul, em especial aos países andinos, dada a participação de Equador, Chile, Bolívia e Peru em algumas reuniões.

Pelo registro e contagem das reuniões, é possível identificar que foram realizados encontros nos âmbitos do SGT-9 anteriormente ao período de 2005, mas não foram encontrados registros digitalizados das atas ou dos anexos, e posteriormente ao período de 2011 não foi possível identificar se houve reuniões e se elas foram documentadas, pois no sítio do Mercosul consultando não havia registros.

Um dos projetos desenvolvidos no contexto do SGT-9 foi a elaboração de um acordo sobre complementação energética regional, que aparece como tema pela primeira vez na reunião de 20/10/2005, em Montevideu, e se desenvolve a partir de um esboço de projeto elaborado pelas comissões. Era recorrente também a apresentação das delegações sobre o panorama energético nacional de seus respectivos países, com o objetivo de facilitar a busca de consensos normativos e também fomentar o desenvolvimento de projetos de cooperação para o setor.

Houve o desenvolvimento de um projeto de cooperação técnica com a Alemanha, definições de diretrizes gerais sobre fontes renováveis de energia, sobre eficiência energética, com a definição de ações relacionadas às diretrizes no âmbito do Mercosul. O Brasil, quando anfitrião, realizou apresentações sobre diversos temas, como o cenário da indústria do petróleo e do gás no Brasil, o cenário atual sobre energia e campos eletromagnéticos no Brasil, o sistema da Eletrobrás e o setor elétrico brasileiro, de forma a colaborar com as discussões do SGT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou demonstrar o percurso das discussões ocorridas nos Subgrupos de Trabalho Número 5 - Transporte, Número 7- Indústria, Número - 8 Agricultura e Número - 9 Energia, principalmente sobre a forma que as reuniões aconteciam, a ordem dos assuntos, se havia continuidade ou não nos projetos ao longo do tempo, quais os atores envolvidos, onde as reuniões ocorriam e com que frequência.

Desta forma, foi possível avaliar que a atuação das diversas delegações nos diferentes subgrupos de trabalho foi diferente entre si, tanto em relação à estrutura organizacional do SGT, quanto à continuidade e desenvolvimento dos projetos. Um ponto comum foi o tempo de desenvolvimento das discussões, que foi um tempo elevado, compatível com o aprimoramento institucional, considerando as dimensões das realidades de cada país, bem como sua grande disparidade.

Assim, foi possível notar que as discussões e o projetos desenvolvidos no âmbito dos subgrupos foram de grande valia para o aprimoramento institucional do bloco como um todo, principalmente quando se considera as recomendações feitas pelos subgrupos de trabalho e suas subdivisões ao Grupo Mercado Comum que se tornam normas oficiais e passam a ser incorporadas, com maior ou menor grau, pelos países-membro do bloco.

Nesse sentido, é importante ressaltar a capacidade dos subgrupos em estabelecer diálogos, cooperações e interlocuções com outras instâncias do Mercosul, bem como estabelecer parcerias com outros blocos e/ou instituições para além do bloco, reforçando o caráter de multilateralidade preconizado pelo projeto de integração territorial explícito no Mercosul.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul e União europeia**: estrutura jurídico-institucional. Curitiba: Juruá, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Evolução Histórica do Regionalismo Econômico e Político da América do Sul: Um Balanço das Experiências Realizadas. **Cena Internacional**, v. 10, n. 2, p. 72-97. 2008.

ARROYO, Mónica. A América Latina numa encruzilhada: o caso do projeto de integração? *In*: **GeoTextos**, vol. 13, n. 1. 13-28. Salvador, 2017.

_____. Mercosul: redefinição do pacto territorial vinte anos depois. *In*: ARROYO, Mónica e ZUSMAN, Perla (orgs.), **Argentina e Brasil**: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010.

_____. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. *In*: SILVEIRA, María Laura (org.), **Continente em chamadas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAUMANN, Renato (2011) : O Mercosul aos vinte anos: Uma avaliação econômica, Texto para Discussão, No. 1627, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2011.

FONTES, Luiz Felipe Campos Fontes e STELLA, Milton André. O Brasil no Mercosul: Integração Comercial Brasileira com o Bloco Sul Americano. **Revista de Economia da Universidade Federal do Paraná**. V. 38, n. 65, p. 1-26. 2017. ISSN 2316-9397. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/46651> . Acesso em: 09 maio 2020.

GARCIA, Tatiana de Souza Leite. Desafios da integração sul-americana: as políticas de meio ambiente e de transporte no MERCOSUL. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Geografia. São Paulo, 2019.

HERTEL, Rafael. Abertura Neoliberal Comparada em Brasil e Argentina nos Governos Cardoso e Menem. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**. Edição n. 4, vol. II. p. 103-124. Disponível em: <https://rari.paginas.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-4.pdf> . Acesso em: 09 maio 2020.

HUERTAS, Daniel Monteiro. Nodais de transporte rodoviário de carga na relação Brasil- Mercosul. *In*: **Revista Transporte y Territorio** /12 (2015) ISSN 1852-7175 150 [150-166] Buenos Aires, 2015. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/1227/1188>> Acesso em: 09 dez. 2019.

JAEGER, Bruna Coelho. Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora. **Conjuntura Austral**, [S.l.], v. 10, n. 49, p. 5-12, abr. 2019. ISSN 2178-8839. Porto Alegre: 2019. Disponível

em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/88358>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

LAMOSO, Lisandra Pereira. "Neodesenvolvimentismo" brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. **Sociedade & Natureza.**, Uberlândia, v. 24, n. 3, p. 391-403, dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 maio 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132012000300002>

LINS, Hoyêdo Nunes. Vinte anos de Mercosul: as partes e o todo.. In: **3º Encontro Nacional Abri 2011**, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200029&lng=en&nrm=abn>. Access on: 09 May. 2020

MARTIN, André Roberto. Sopa de letrinhas: Alba, Alca, Mercosul, Unasul, Can... Para onde vai a Integração Latino-americana? In: ARROYO, Mónica e ZUSMAN, Perla (orgs.) **Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial**. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010.

MERCOSUR. **Estructura institucional Mercosur**. Disponível em:

<<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3878/2/innova.front/organos-derivados-de-textos-fundacionales>>. Acesso em: 02 out. 2019.

MICHELIN, André da Cunha. Regulação, integração e preços de energia elétrica na América do Sul. Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2013.